

PROJETO DE LEI Nº , DE 2011
(Do Sr. Márcio Macedo)

Veda a prisão civil do idoso quando
não for ele o primeiro devedor de alimentos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Esta Lei acrescenta dispositivo ao art. 733, do
Código de Processo Civil, para vedar a prisão civil do idoso inadimplente de
pensão alimentícia, quando não for ele o primeiro devedor dos alimentos.

Art. 2º. O art. 733 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de
1973, passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:

“Art. 733.

§ 4º. Só será decretada a prisão do devedor idoso quando
for ele o primeiro devedor dos alimentos. (NR)”

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A proposição ora apresentada tem por objetivo acabar
com uma das situações mais aviltantes que um idoso pode viver: a de ser
preso, em idade avançada, em decorrência do inadimplemento de uma pensão
alimentícia de terceiro, normalmente seu filho.

A Constituição Federal estabelece, no âmbito do caput de seu Art .230, ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar a proteção ao idoso, garantindo-lhe a dignidade e o bem-estar no seio da comunidade. O Estatuto do Idoso, por sua vez, limita a idade do idoso no seu Art. 1º - É instituído o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, e impõe a todos o dever de zelar pelo respeito àqueles que têm idade mais avançada colocando-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

Não se trata aqui de desamparar o menor que necessita dos alimentos, mas de proteger o ancião pelo ato violento e constrangedor do uso de um instrumento que se torna excessivamente desumano quando aplicado especificamente ao idoso, sendo privado de sua liberdade de ir e vir e ainda, desencadeando doenças físicas e depressivas.

Aliás, não é raro que pessoas adultas deixem de lado suas obrigações porque sabem que seus pais acabarão por resolvê-las. Caso a obrigação alimentar seja, em primeiro lugar, do idoso, deve ele responder por ela e, se for o caso, ser compelido a cumpri-la através da prisão civil.

Todavia, sendo a obrigação de um filho seu, por exemplo, não é sensato que este idoso seja preso pelo inadimplemento, embora se deva reconhecer a importância da prisão civil para se assegurar o célere pagamento da dívida alimentar, tal medida extrema não deveria ser aplicada aos que, em razão do processo de envelhecimento, têm maiores dificuldades para enfrentar as privações e constrangimentos do cárcere.

Por essas razões, conto com o apoio dos ilustres Pares para a conversão deste projeto em lei.

Sala das Sessões, em de de 2011.

Deputado MÁRCIO MACEDO